

BRIZOLA EM PANFLETO: AS IDÉIAS DE LEONEL BRIZOLA NOS ÚLTIMOS DIAS DO GOVERNO DE JOÃO GOULART

Jorge Ferreira*

Resumo

Este artigo se propõe a refletir sobre os posicionamentos de Leonel Brizola no período que antecede o golpe de 1964. Com a Campanha da Legalidade em 1961 e, dois anos mais tarde, por meio de plebiscito, a assunção de João Goulart à presidência da República, Brizola tornou-se a principal referência para os setores populares. Conductor da Frente de Mobilização Popular, o deputado trabalhista conseguiu agregar amplos setores sociais, operários, camponeses, estudantes, organizações políticas e populares, agremiações de esquerda, para a luta pelas reformas de base. O grupo brizolista disseminará suas estratégias e projetos no Panfleto, o jornal do homem da rua. Brizola tem como ponto de partida a Carta-Testamento de Getúlio Vargas, que contém o ideário nacional e popular para a luta contra as estruturas e os espoliadores que reproduzem as desigualdades e injustiças no país. Nesse embate contra as forças políticas mais conservadoras, o Panfleto denuncia a crise de hegemonia e investe contra a “política de conciliação” e o golpismo. Às vésperas do golpe, Brizola apela para uma Assembléia Nacional Constituinte como meio de implementar as reformas de base. Denuncia a violência daqueles que pretendem barrar as pretensões populares, que querem “deter a própria marcha do tempo”.

Palavras-chave

Leonel Brizola, jornal Panfleto, nacionalismo, reformas de base, trabalhismo.

Abstract

This article aims to reflect about Leonel Brizola's personal positions during the period that precedes the 1964 coup. With the Campaign for Legality in 1961, and, two years later, by means of the plebiscite, with João Goulart's assumption to the Presidency of the Republic, Brizola had become the main reference for popular sectors. Leader of the Frente de Mobilização Popular, the labor deputy was successful in gathering wide social sectors, workers, peasants, students, political and popular organizations, leftist associations, in the fight for basic reforms. The Brizolist group propagated its strategies and projects in the Panfleto (Pamphlet), the newspaper for the man in the street. Brizola's starting point was the Testament-Letter of Getulio Vargas, which contains the national and popular ideology to fight against the structures and the plunders that multiply disparity and injustice among the country. In this combat against the more conservative political forces, the Panfleto denounces the crisis of hegemony, and invests against the conciliation politics and the “coup d'état” tendencies. At the eve of the coup, Brizola claims for a National Constitutional Assembly, as a means to achieve basic reforms. He denounces the violence of those who intend to block the popular pretensions, and “to detain the own march of time”.

Keywords

Leonel Brizola, Panfleto newspaper, nationalism, basic reforms, laborism.

Ao deixar o governo do Rio Grande do Sul, em fins de janeiro de 1963, Leonel Brizola conheceu imenso prestígio entre as esquerdas. O projeto desenvolvimentista implementado no estado, a escolarização em massa com a criação de 680 mil vagas e a encampação de duas empresas norte-americanas que exploravam os setores de energia e comunicação foram ao encontro do programa das esquerdas. Seu prestígio aumentou ainda mais na crise política gerada pela renúncia de Jânio Quadros e com o veto dos três ministros militares à posse do então vice-presidente João Goulart, em agosto de 1961. Liderando a resistência pelo cumprimento da Constituição, Brizola enfrentou os ministros militares e desarticulou o golpe de Estado que planejaram, desmoralizando os setores golpistas das Forças Armadas.² A partir daí, Brizola passou a liderar os setores mais à esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), disputando com o próprio João Goulart a direção do movimento reformista. Organizações de esquerda marxista, socialista e cristã também passaram a reconhecer sua liderança. Em 1962, a seção carioca do PTB procurou-o propondo sua candidatura a deputado federal pela Guanabara. Nas eleições legislativas de outubro daquele ano, ele obteve a maior votação proporcional já obtida no país, com 269 mil votos.³ Seu prestígio político no campo popular, nacionalista e de esquerda era imenso.

No início de 1963, sob sua liderança, surgiu a Frente de Mobilização Popular.⁴ Ali estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. A FMP esforçava-se para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo a reforma agrária, mesmo às custas de uma política de confronto com a direita e os conservadores, incluindo o PSD. Ao mesmo tempo, procurava impor-se como força viável às reformas diante das posições do PCB, interpretadas como moderadas. A Frente liderada por Brizola procurava convencer Goulart a implementar as reformas de base unicamente com o seu apoio político, desconhecendo outras organizações do quadro partidário brasileiro, inclusive as de centro. Na FMP estavam representados os estudantes, por meio da UNE; os operários urbanos, com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC); os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais com suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a Ação Popular (AP), o Partido Operário Revolucionário (trotskista) (POR-T) e segmentos de extrema-esquerda do PCB; políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista; militantes nacional-revolucionários que, dentro do PTB, seguiam a liderança de Leonel Brizola; por fim, setores mais à esquerda do Partido Socialista Brasileiro e o grupo político de Miguel Arraes.

Como é comum em organizações de esquerda, o grupo nacional-revolucionário brizolista tinha o seu jornal: *Panfleto, o jornal do homem da rua*. Mas *Panfleto* também era porta-voz da FMP. Por meio de um veículo próprio de comunicação, as esquerdas que reconheciam a liderança de Brizola expressavam suas idéias, projetos e estratégias.

Quero, nesse artigo, analisar as idéias e os projetos políticos defendidos por Leonel Brizola nos últimos 42 dias do governo de João Goulart. A fonte privilegiada será o conjunto de editoriais redigidos por Brizola publicado em *Panfleto*, entre os dias 17 de fevereiro de 1964, data da primeira edição do jornal, e 30 de março do mesmo ano, quando foi publicado o último número. O período foi crítico na crise política que desestabilizou o governo Goulart, com o acirramento do processo de radicalização das esquerdas que lutavam pelas reformas e das direitas que resistiam à sua efetivação.

A Carta de Vargas

Com esse título, Brizola escreveu, no número de estréia de *Panfleto*, seu primeiro editorial. Certamente não foi casual ele ter escolhido a Carta Testamento de Vargas como tema para a inauguração do jornal. Os trabalhistas tinham o texto como documento fundador de sua tradição política. Embora o trabalhismo possa ser datado em sua origem – 1942 –, foi a carta de Vargas que marcou toda uma geração identificada com aquele projeto político. Brizola, reiteradamente, referia-se à Carta Testamento. Tratava-se do ponto de partida para o conjunto de idéias que passou a defender. “A Carta de Vargas é o mais importante manifesto dirigido ao povo brasileiro, desde a nossa Independência”, iniciou Brizola. Para ele, dois momentos foram decisivos na luta pela independência do país: os sacrifícios de Tiradentes e de Vargas. No primeiro caso estava o herói precursor da independência política; no segundo, “o mártir e precursor da libertação do nosso povo da injustiça social e da espoliação econômica”.⁵

Nos dias atuais, é muito difícil compreender como um jornal porta-voz das esquerdas poderia associar o nome de Vargas a referências libertárias. É necessário compreender, no entanto, que, para aquela geração de brasileiros, a imagem do ex-presidente guardava referências positivas, tributárias sobretudo de seu segundo governo: ascendendo ao poder por vias democráticas, Vargas governou obedecendo às suas regras; patrocinou políticas econômicas nacionalistas, cujo auge foi a fundação da Petrobrás, além de atender demandas que beneficiaram os trabalhadores, como o reajuste do salário mínimo. Além disso, com o suicídio e a Carta Testamento, ficou, para aquela geração, a imagem do líder popular e nacionalista que sacrificou a própria vida na defesa dos trabalhadores e dos interesses nacionais, evitando um golpe de Estado. Daí que sua imagem era apropriada de maneira positiva pelas gerações identificadas com as esquerdas nos anos 50 e

60. Somente a partir da década de 1980 que os historiadores construíram outra imagem de Vargas – a que temos hoje: a do ditador do Estado Novo. Portanto, Brizola pertencia a uma geração que tinha referências positivas do ex-presidente. Realizando uma leitura muito particular da Carta, ele a interpretou a partir do processo de radicalização política dos anos 60 e das referências das esquerdas de sua época, sobretudo os ideais nacionalistas e antiimperialistas:

Contém a Carta de Vargas uma *denúncia* à nacionalidade e uma *convocação* à luta, ao inconformismo, à insubmissão e à resistência, de todos os brasileiros e patriotas deste país. Vargas *denunciou o domínio e o processo de espoliação das corporações e grupos econômicos e financeiros internacionais* que vêm esmagando o nosso povo e mergulhando a nossa Pátria na dependência e na submissão (grifos do autor).

Na compreensão de Brizola, Vargas, ao longo de sua experiência na vida pública e no exercício do poder, teria chegado à conclusão de que o “problema dos problemas” do Brasil, a “causa motriz” de seus males e aflições era “a espoliação cruel e desumana de que somos vítimas”. Para Brizola, a Carta expressava

[...] a inconformidade, a resistência, a luta contra os espoliadores de nosso país, contra os grupos dominantes, externos e internos, que formam a crosta de interesses que vêm sacrificando o nosso povo e solapando a nossa soberania. [...] O depoimento de Vargas permite-nos compreender que a nossa estrutura econômica-social, injusta e desumana, nada mais é que o efeito, que a dolorosa consequência do insidioso processo de espoliação a que está submetido o nosso país. [...] A experiência e o descortino do grande estadista permitiram-lhe antever e afirmar aquilo que se constituiu, hoje, uma verdade aceita e proclamada, isto é, que *só conseguiremos* realizar o nosso desenvolvimento, os ideais de justiça social, construir uma sociedade brasileira justa, *à medida que conseguirmos nos libertar da espoliação internacional*” (grifos do autor).

Embora na Carta de Vargas não exista alusão a reformas, Brizola afirma que elas estavam implícitas no documento porque “reformas” e “libertação” são termos de um mesmo problema. Não há reformas sem libertação, mas também não há libertação sem reformas. Além disso, Brizola dizia estar presente no texto de Vargas uma grave denúncia: a existência de uma minoria de brasileiros poderosos e privilegiados que se associou à espoliação internacional. Insensíveis aos interesses do Brasil e apegados aos seus lucros, eles invocavam as palavras “democracia” e “liberdade”, mas formavam “a tessitura de poder e dominação que mantém o nosso povo aprisionado à exploração e ao atraso”. Eles, segundo Brizola, formavam o que Vargas denunciou como antipovo e antinação. São eles

[...] todos os que negam aos que trabalham e produzem aqueles mesmos direitos e garantias que só uma minoria de afortunados vêm usufruindo, num país aberto ao saque internacional. Vargas denunciou como antipovo e antinação as cúpulas e oligarquias da

velha política brasileira e os grupos econômicos internos associados das corporações internacionais, aqui protegidos pela cobertura daquelas mesmas forças políticas.

Em uma análise histórica, é possível interpretar a Carta Testamento de Vargas como expressão, em tom denunciatório, de idéias nacionalistas e estatistas em voga na América Latina entre as duas guerras mundiais e que se estenderam pelos anos seguintes. Brizola, por sua vez, vivenciava a conjuntura internacional posterior a Vargas, particularmente com o crescimento das esquerdas na década de 1960. Tratava-se, portanto, da leitura de um político esquerdista, na conjuntura da Revolução Cubana e da Guerra do Vietnã, do texto de um líder nacionalista da época da Segunda Guerra Mundial. Brizola, ao mesmo tempo em que reavaliava a trajetória de Vargas, realizava uma leitura original de sua Carta Testamento baseado em um prisma classista e revolucionário.

Apropriando-se das mensagens contidas na Carta a partir das idéias de esquerda correntes naquela época, Brizola concluiu que Vargas não foi um suicida. Ele decidiu morrer e “morreu como um revolucionário”, porque somente um revolucionário autêntico oferece sua vida na luta pela libertação do povo. Sua morte transformou-se em uma mensagem.

Sacrificou a sua vida para que a causa da libertação do nosso povo ganhasse milhões de consciências; para que o povo, do qual ele fora escravo, jamais venha a ser escravo de quem quer que seja. [...] A Carta de Vargas é um manifesto revolucionário e nacionalista. O grande brasileiro denunciou o domínio e a espoliação internacional que vem martirizando o nosso povo e solapando a soberania de nossa Pátria. Vargas conclamou-nos à resistência e à luta. [...] Vargas morreu para que as nossas consciências despertassem. Vargas cumpriu com sua missão. É, hoje, o mártir, o precursor de nossa libertação.

Liderando uma frente de esquerda, Brizola estreava seu primeiro editorial em *Panfleto*. A partir da leitura da Carta Testamento, ele definiu como entendia a realidade brasileira em meados de fevereiro de 1964: setores que constituíam a classe dominante brasileira estavam unidos aos interesses dos capitais estrangeiros. Tinham como objetivo explorar os trabalhadores e as riquezas nacionais. As tarefas das esquerdas, portanto, eram as de libertar os trabalhadores e o próprio país da exploração dos capitalistas nacionais e estrangeiros. Libertar, mas também implementar reformas que distribuíssem a riqueza acumulada nas mãos daquelas minorias, implantando a justiça social. Essas eram as tarefas das esquerdas unidas na Frente de Mobilização Popular.

Só um caminho se impõe

Com o agravamento da crise econômica em fins de fevereiro de 1964, Brizola perguntava quem tinha – ou exercia – o poder naquele momento.⁶ Para ele, ninguém, a rigor,

detinha a “hegemonia do poder”. Havia um “equilíbrio pernicioso” entre correntes políticas. Todas queriam o fim da inflação e da crise econômica, mas nenhuma delas poderia encontrar soluções porque não controlavam o poder. Para Brizola, “enquanto este equilíbrio se mantiver, permanecerá intocável a estrutura econômico-social que aí está, [...], e, portanto, continuará o nosso país aberto ao saque internacional”.

O próprio presidente João Goulart não exercia o poder, continuou Brizola. Ele apenas tinha legalmente, nominalmente, a hegemonia do poder. No máximo, uma parcela dele. Jango somente exerceu realmente o poder logo após a crise que resultou em sua posse em agosto de 1961 e depois da vitória que obteve com o plebiscito que restituiu seus poderes presidencialistas em janeiro de 1963. É possível, afirmou Brizola, que Jango voltasse ao controle do poder, “desde que se decida a exercê-lo no sentido dos autênticos interesses do povo brasileiro e não no dos interesses das minorias privilegiadas”.

Em sua interpretação, quatro grandes correntes lutavam pelo poder. A primeira era formada pelas “minorias dominantes e reacionárias” fora do governo, representadas pela União Democrática Nacional (UDN) e por lideranças políticas como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. A segunda, igualmente formada por minorias dominantes e reacionárias, mas que estavam dentro do governo, representadas no Partido Social Democrático (PSD). Para Brizola, portanto, PSD e UDN não tinham diferenças, apenas o primeiro usufruindo de cargos no governo, enquanto o segundo estava na oposição. O terceiro grupo era liderado pelo próprio presidente João Goulart com sua corte de carreiristas e oportunistas usufruindo dos cargos oficiais. Por fim, o quarto grupo: “as *Forças Populares* da maioria esmagadora do povo brasileiro”.

O país vivia, portanto, uma guerra instaurada entre as quatro correntes. Tratava-se de uma luta “sem tréguas”, surda em certos momentos, ostensiva em outros, mas “cada dia mais intensa e radical”. Para Brizola, não era difícil prever que, com o agravamento da crise econômica, o aumento da inflação e com “a radicalização crescente do processo político”, as duas primeiras correntes, representadas pela UDN e pelo PSD, se unissem em uma frente única conservadora e reacionária. Quanto ao presidente Goulart e ao seu governo, ainda era cedo para avaliar que rumos ele tomaria, embora, continuasse Brizola em sua análise,

[...] seja quase certo afirmar que, na marcha que vem seguindo, o desgaste, a frustração, as perplexidades, as vacilações, a indefinição, a inoperância, o enfraquecimento enfim, os levem a facilitar e talvez negociar a entrega do governo àquelas minorias, e, com isto, a elas passe a hegemonia do poder.

Para Brizola, Jango teve duas oportunidades para realizar as reformas e estabelecer a independência do país: logo após a Campanha da Legalidade e depois do plebiscito que

restabeleceu o sistema presidencialista. Nas duas oportunidades, havia uma união entre seu governo e as “forças populares”. Ambos formaram uma frente única. Mas o presidente afastou-se das “aspirações populares” com sua “política de conciliação com minorias e grupos conservadores”, bem como sua inoperância diante da “espoliação internacional” que degradava o país.

Sem a aliança com o presidente da República, a vitória das “forças populares” sobre as outras três correntes “reacionárias” dependeria da atuação em dois campos: ganhar a opinião pública e o apoio popular, bem como organizar o próprio povo. Para Brizola, era responsabilidade dos grupos e partidos que atuavam na Frente de Mobilização Popular levar ao povo mensagens de “orientação e esclarecimento” e perseverar na grande tarefa que deve absorver todas as energias das esquerdas unidas na Frente: “organização, organização, organização”. “Só assim”, concluiu Brizola, “estaremos preparados para enfrentar os instantes cruciais que se aproximam”. Com essas avaliações, Brizola finalizou:

Os nossos caminhos estão perfeitamente claros. Entre nós não há lugar para dúvidas, nem vacilações. Nem mesmo precisamos de maiores esclarecimentos. Os nossos rumos estão, desde 1954, na grande mensagem que nos deixou o presidente Getúlio Vargas. Todos os brasileiros que querem servir autenticamente a sua Pátria e lutam pela organização de uma sociedade justa e verdadeiramente livre dentro de nossas fronteiras não têm dois caminhos a escolher, nem qualquer opção a fazer. Só um caminho se impõe: é aquele por onde segue o nosso povo, com suas lutas e sofrimentos, em busca de sua libertação.

Na avaliação de Brizola, portanto, o quadro político brasileiro estava dividido em dois campos: um deles constituído por diversas forças reacionárias, conservadoras e oportunistas; o outro pelas forças populares, das reformas e da libertação do país. Nesse sentido, somente “um caminho” se imporia para o presidente da República.

A autenticidade das lideranças

Brizola tinha em João Goulart seu maior interlocutor. Nem sempre o nome do presidente era citado, mas tratava-se de personagem presente nos editoriais. No terceiro número de *Panfleto*, ao avaliar a autenticidade dos líderes populares, Brizola fustigava Jango.⁷

O surgimento de lideranças verdadeiramente populares não era difícil de acontecer, garantiu Brizola. Sobretudo com as situações de desespero vividas pelo povo, com o aumento do custo de vida, do desemprego e do desamparo social. Assim, quando surgia alguém que falava a linguagem popular e condenava as injustiças sociais, logo era reconhecido pelo povo. Ele se tornava o porta-voz das angústias e anseios da população. Mas somente o tempo diria se a liderança que surgiu era autêntica ou visava apenas uma brilhante carreira política.

Afirmando ter visto o surgimento de vários líderes populares em diversos municípios, Brizola alertava para um perigo: no meio do caminho, o líder emergente abandonava o prestígio que tinha entre os humildes e entrava para o “clube amável da política”. Os integrantes do clube tinham predileta vocação para amortecer o ímpeto dos que estavam à frente do povo, lutando por seus anseios. Na defesa dos trabalhadores, os líderes subiam na escala política, alcançavam cargos, adquiriam importância no Legislativo e no Executivo. Conheciam, particularmente, melhorias em seu padrão de vida. Quando percebiam, estavam participando da política convencional e integrando o “clube amável da política”. Nesse momento, o povo perdia uma liderança.

Mas também surgia um sério problema para os que não se desviaram da jornada ao lado do povo, atuando de maneira autêntica. Os falsos líderes, os que cederam aos cargos oficiais, continuavam a utilizar a linguagem reivindicatória, insistiam no palavreado revolucionário, mas o que almejavam, mesmo, era usufruir da comodidade que alcançaram. Brizola estava falando de Goulart, mas também falaria sobre si mesmo:

Continuam salientando as agruras populares, mas seu apelo não é mais à luta, e sim à paciência. E em nome da prudência, pregando a calma e a contenção, chegam à ação acomodatória que visa não mais resolver o problema das massas esquecidas, mas manter a situação que protege seus interesses pessoais. E olham para os antigos companheiros, que se mantêm fiéis à sua origem, com receio e quase rancor tentando inutilizar-lhes a ação e minar sua capacidade política, tachando-os de radicais, de extremados e até de comunistas.

O partido político que mais sofria com esse problema no Brasil era, segundo Brizola, o PTB, “partido essencialmente revolucionário” com fortes vínculos com as “multidões humildes” e orientado pela Carta Testamento de Vargas. Embora a última atitude de Vargas tenha negado a conciliação, muitos líderes trabalhistas “pregam a acomodação e a paciência”, afastando o povo de suas conquistas sociais. Esse, segundo Brizola, era o maior entrave para a ação das forças populares:

Por isso penso que é um dever dos líderes autênticos a vigilância permanente e a coragem da denúncia que, longe de ser divisionista, combate o divisionismo, alertando o povo para o mais grave obstáculo à sua luta e lhe oferecendo condições para distinguir as lideranças legítimas e aniquilar as que se abastardaram.

O nome de Jango não foi citado uma única vez, mas o leitor de *Panfleto* sabia que ele era o personagem central do editorial de Brizola.

Jango e o significado da “conciliação”

Para os partidos, as organizações e os movimentos políticos agrupados na Frente de Mobilização Popular, as palavras “acomodação”, “prudência” e “paciência” eram usadas em sentido muito negativo, pejorativo mesmo. Não casualmente, Brizola discutia, no editorial, a “autenticidade das lideranças”. Mas a palavra que passou a expressar o que de pior poderia haver em uma liderança popular era “conciliação”. Mas, em uma conjuntura de grande radicalização política, o que significava “conciliar”?

Goulart havia alcançado a presidência da República com o país dividido e sob gravíssima crise militar e política.⁸ Sua estratégia de governo foi a de desarmar seus opositores da direita civil e militar, esforçando-se para ampliar sua base política no Congresso Nacional com o apoio do centro, sobretudo do PSD. Seu objetivo era o de unir o centro pessedista e a esquerda trabalhista, reforçando a aliança entre o PSD e o PTB. Jango sabia que, no sistema presidencialista brasileiro, era fundamental para a estabilidade política obter maioria parlamentar no Congresso Nacional. Eurico Dutra e Juscelino Kubitschek tiveram maioria e governaram. Getúlio Vargas e Jânio Quadros, sem base parlamentar sólida, não terminaram seus mandatos. Jango, portanto, tinha exemplos muito recentes para comprovar a necessidade de aliança com o PSD.

De acordo com seus planos, as reformas de base, sobretudo a reforma agrária, seriam negociadas e pactuadas pela via parlamentar entre os partidos da base governamental, o PSD e o PTB. Pela estratégia escolhida, as reformas não seriam mínimas, como queriam os pessedistas, mas também não tão radicais, como defendiam as esquerdas. Jango esforçava-se no sentido de manter a aliança partidária que, no Congresso Nacional, deu estabilidade política ao governo de Juscelino Kubitschek e, no mesmo movimento, aprovar as reformas. Para o presidente, homens como Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, Amaral Peixoto ou Ulysses Guimarães poderiam ser considerados conservadores, mas não eram reacionários ou golpistas e estavam dispostos a discutir as reformas, inclusive a agrária, desde que realizada com moderação. O campo da direita golpista não era o PSD, mas a UDN – em particular a ala de extrema-direita liderada por Carlos Lacerda. Jango queria manter suas bases de apoio à esquerda, mas almejava aprovar as reformas por meio de acordos, pactos e compromissos entre trabalhistas e pessedistas.

No entanto, para as esquerdas organizadas na Frente de Mobilização Popular, a estratégia presidencial era recusada e condenada: acordos e negociações com os pessedistas não passavam de “política de conciliação”. Sindicalistas do CGT, dirigentes da UNE, sargentos e fuzileiros navais, intelectuais revolucionários, líderes nacionalistas, entre outros ativistas de esquerda da FMP, passaram a exigir do presidente o fim da “política de

conciliação” com os conservadores do PSD. Conciliação tornou-se o termo mais ofensivo entre as esquerdas naquele momento. Afinal, se o confronto direto com as direitas e os conservadores do PSD resultaria na vitória das forças reformistas, porque a insistência do presidente em “conciliar” com os pessedistas? Certas de sua superioridade sobre as direitas e, sobretudo, acreditando na necessidade de um confronto com elas, as esquerdas cobravam de Jango seu rompimento com o PSD e a formação de um governo nacionalista e popular apoiado exclusivamente nas forças políticas reunidas na FMP. Brizola foi o maior crítico da estratégia política do presidente.

Subprodutos da conciliação

Com o objetivo de questionar a “política de conciliação” de João Goulart, Brizola escreveu um contundente editorial no quarto número de *Panfleto*.⁹ Ele iniciou afirmando que, em agosto de 1961, para que a legalidade fosse mantida e a Constituição respeitada, foi preciso que “a Nação se visse colocada diante do dilema: guerra civil ou posse ao Senhor João Goulart”. As resistências à sua posse partiram das classes dominantes que viram seus privilégios ameaçados por Jango, vice-presidente eleito com a Carta Testamento de Vargas nas mãos, representando, assim, “multidões espoliadas e sedentas de justiça social”.

Contudo, logo ao tomar posse na presidência da República começou a “política de acomodação”, com Goulart aceitando a imposição do parlamentarismo. Para Brizola, aquela experiência, durante um ano e meio de existência, foi profundamente prejudicial e lesiva aos interesses do povo, embora Jango, durante esse tempo, desse mostras de que desejava retornar ao sistema presidencialista. Assim, desde sua posse, em setembro de 1961, até o fim do parlamentarismo, em janeiro de 1963, manteve-se a união entre o governo e o povo. A população acreditava viver uma “revolução em marcha”. A unidade entre povo e governo resultou no plebiscito que devolveu a Goulart os poderes presidencialistas. A imensa vitória obtida pelo governo demonstrou, na interpretação de Brizola, que a vontade popular pelo retorno ao presidencialismo “teve o sentido de um repúdio à política de acomodação, de vacilações, de indefinições, vigente no período do parlamentarismo”.

Para Brizola, o povo esperava que Jango, com seus poderes restaurados, iniciasse uma política “popular, firme e definida”. Contudo, o que ocorreu? Inicialmente, um ministério indefinido e contraditório. Depois, o Plano Trienal, “uma política econômico-financeira retrógrada, superada historicamente”. A seguir, as indenizações à empresa norte-americana Bonde & Share, “lesivas aos interesses nacionais”.

Depois de seis meses de regime presidencialista, as pressões populares levaram a “política de acomodação” do governo ao colapso. Mas Jango, no entanto, continuou insistindo na “política conciliatória”. E o que conseguiu até o momento, perguntou Brizola? Não realizou as reformas, não defendeu os interesses nacionais impedindo a espoliação internacional e o “saque internacional”, não deteve o crescimento da inflação. Mas, o mais grave, perguntou, a política do presidente fortaleceu a unidade entre povo e governo? “Ainda estarão as forças populares, como vanguardas do povo brasileiro, mais forte e mais unidas, com maior influência na correlação de forças existentes no país?” A resposta era negativa.

Enquanto o governo procurava a conciliação, o ganha-tempo, os intermináveis entendimentos com os nossos espoliadores, seus sócios e aliados internos haveriam de fortalecer-se. E é exatamente o fortalecimento das minorias reacionárias e privilegiadas de nossos país, fortalecimento que se verificou à sombra da política de acomodação, que nos dá a medida [...] dos resultados e efeitos da política que tem seguida o nosso governo. Isto para não falar no quanto desnorteou e dividiu as forças populares, com as quais o governo, até pouco tempo, formava uma unidade invencível, sempre que acionada e dirigida para os caminhos de nossa liberação econômica e social.

Para comprovar como a “política de conciliação” de Jango era perniciosa, Brizola citou um único e importante exemplo. Quando Goulart assumiu a presidência, Lacerda, “esta figura deletéria da vida brasileira”, era “um verdadeiro trapo humano”. Ao longo desse tempo, com tantas acomodações, Lacerda ganhou oxigênio para se recuperar e se fortalecer. Cerca de 200 bilhões de cruzeiros chegaram aos cofres do governador da Guanabara vindos dos Estados Unidos, sem nenhum controle do governo federal. “Esta situação concreta nos dá uma idéia nítida dos resultados e efeitos da política de acomodação até agora seguida pelo nosso governo”. Os caminhos que resultaram na vitória da posse de Jango em setembro de 1961 e na vitória do plebiscito em janeiro de 1963 deveriam ser retomados e não a “conciliação” e a “acomodação”. Apesar da conjuntura desfavorável, Brizola finalizou sua mensagem com esperança:

Mas eu afirmo que o futuro é nosso, do nosso povo e de nosso país, nessa luta de libertação. E embora considere possível que a lição de tantos erros conduza nosso governo a uma revisão de seus rumos, devo dizer que no povo, na sua organização e na sua capacidade de luta que devemos depositar a nossa fé.

Nesse editorial, Brizola novamente referia-se a dois momentos da história política recente do país: a Campanha da Legalidade que garantiu a posse de Goulart na presidência da República e ao plebiscito que lhe devolveu os poderes presidenciais. Em sua interpretação, os dois episódios resultaram em vitórias das “forças populares” contra as direitas e os reacionários devido ao estabelecimento de fortes laços de união do governo

com o povo. O argumento foi formulado no segundo editorial, no quarto e seria retomado posteriormente. Tratava-se de uma crença fortemente disseminada entre as esquerdas e expressa por Brizola: quando o governo buscava o apoio do povo, como em 1961 e 1963, era vitorioso. Jango, desse modo, poderia realizar as reformas de base se tivesse o apoio do povo e das “forças populares”.

Certamente, essa maneira de interpretar os acontecimentos da Campanha da Legalidade e da vitória do plebiscito é que fortalecia, entre as esquerdas reunidas na FMP, a crença de que era possível obter outra vitória em 1964. Brizola, em seus editoriais, expressava tais idéias: os sucessos alcançados com a Campanha da Legalidade e com o plebiscito poderiam ser novamente realizados. Nas duas situações, a sociedade brasileira acompanhou os chamados dos líderes e organizações populares e de esquerda. Portanto, era possível mobilizar outra vez o povo pela aprovação das reformas de base e pela instauração de um governo popular e nacionalista, como ocorrera nas vezes anteriores.

As esquerdas organizadas na FMP não percebiam que as mobilizações de 1961 e 1963 tiveram pautas específicas. Na Campanha da Legalidade a luta era pela manutenção da ordem jurídica e democrática – não se tratava, absolutamente, de reivindicações por reformas. As esquerdas e os grupos nacionalistas defenderam, em 1961, a manutenção da ordem legal e não reformas econômicas e sociais. O movimento era legalista, constitucional e, portanto, defensivo. Os setores direitistas, por sua vez, ao pregarem abertamente o golpe de Estado e a alteração da Constituição pela força, perderam a legitimidade. Ou seja, em 1961, a vitória foi das esquerdas, mas a luta era pela legalidade. Na campanha do plebiscito, a luta das esquerdas também era pela manutenção da ordem constitucional, com o retorno ao sistema presidencialista, alterado durante uma madrugada pelo Congresso Nacional. Tratava-se de movimento que visava devolver à sociedade direitos políticos e constitucionais que lhes foram cassados. Portanto, as esquerdas foram vitoriosas contra as direitas em 1961 e 1963, mas suas bandeiras foram o cumprimento da Constituição, a continuidade da legalidade democrática, o resgate da legitimidade constitucional.

Em 1964, no entanto, as lutas das esquerdas eram outras. Não se tratava de defender a ordem legal, mas de implementar reformas, sobretudo a reforma agrária. Para isso, a Constituição de 1946 e as instituições do regime estavam sendo questionadas por impedirem a viabilidade das reformas. O texto constitucional, por exemplo, impedia a reforma agrária sem indenizações, enquanto o Congresso Nacional se negava a alterar a Constituição.

Dessa maneira, os sinais se inverteram em 1964. O lema que pregava ser “a Constituição intocável” passou a ser defendido pelas direitas. Para impedirem as reformas, líderes e organizações de direita – hipocritamente – proferiam discursos de defesa da ordem

legal. As esquerdas, diversamente, pediam mudanças na Constituição e questionavam os fundamentos da democracia liberal instituídos pela Carta de 1946. Enebriadas pelas vitórias de 1961 e 1963, as esquerdas acreditaram que poderiam repeti-la em 1964. Bastava que Jango se unisse ao povo e às “forças populares”.

Jango e a opção pelo confronto

Em fevereiro de 1964, a radicalização alcançava níveis absolutamente preocupantes para a estabilidade política do país. As esquerdas agrupadas na FMP e lideradas por Leonel Brizola atacavam duramente João Goulart. As direitas, por sua vez, avançavam no processo conspiratório, dispostas ao rompimento institucional. No contexto externo, a intransigência do governo norte-americano de não renegociar a dívida externa levava o país à falência. A política externa norte-americana era a de estrangular financeiramente o Brasil, desgastando o governo.

Jango não obteve sucesso na sua política de unir o centro pessedista com a esquerda trabalhista e, com maioria no Congresso, viabilizar as reformas. Durante todo seu governo, PTB e PSD negaram-se ao entendimento. Sobretudo a ala radical dos trabalhistas, bem como o conjunto das esquerdas, apostava na política do confronto. O PSD, temeroso com o processo de radicalização, aproximava-se cada vez mais da UDN. Todas as iniciativas de Goulart para manter a coligação que sustentou o regime democrático desde 1946 resultaram em fracasso.

Contudo, alternativas à crescente radicalização existiam e estavam à disposição de Jango. Em janeiro de 1964, San Thiago Dantas, liderando políticos do PTB e de outros partidos, propôs a formação da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base.¹⁰ Dantas estava particularmente preocupado com o isolamento político do governo com a oposição agressiva das esquerdas, a hostilidade crescente do PSD e o avanço da conspiração das direitas. Ele acreditava que o processo de radicalização resultaria no pior dos mundos: nem as reformas seriam implementadas e nem o regime democrático resistiria à polarização política. A Frente Progressista, qualificada pelo próprio Dantas de “esquerda positiva”, para diferenciá-la da “esquerda negativa”, referindo-se à Frente de Mobilização Popular de Leonel Brizola, teria como objetivos impedir o crescimento da conspiração da direita civil-militar reagrupando as forças de centro-esquerda no sentido de apoiar o governo. Os objetivos maiores da Frente eram os de retirar o presidente do isolamento político e sustar o processo de radicalização das direitas e das esquerdas. Na formação da Frente Progressista, Dantas buscou o apoio do PSD, do PCB, do PTB que não seguia a liderança de Brizola, do governador de Pernambuco Miguel Arraes e dos sindicalistas “não contagiados pelo anarquismo”.¹¹ O conjunto de forças deveria garantir a preservação do

calendário eleitoral, repudiar qualquer atentado contra as instituições democráticas, opor-se ao imperialismo, defender o direito de greve, seguir a política externa independente, garantir a sindicalização rural e lutar pelas reformas de base. Isolar a direita golpista e a esquerda radical, garantir a estabilidade do regime democrático, bem como realizar as reformas pela via parlamentar eram os objetivos de Dantas.

Goulart, no entanto, escolheu a política ofensiva da FMP, descartando a alternativa moderada proposta por San Tiago Dantas. A realização do comício na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, selou seu compromisso definitivo com as esquerdas. Com alternativas políticas muito reduzidas, o processo de crescente radicalização empurrou o presidente para as suas bases históricas: as esquerdas e o movimento sindical. Escolher a Frente Progressista de San Tiago Dantas negaria todo o seu passado de líder reformista e nacionalista e o tornaria refém político do PSD.

Povo e governo

Com a decisão de João Goulart de governar com as esquerdas, os grupos e partidos de esquerda reunidos na FMP, excessivamente confiantes, acreditaram que, após acumularem forças, havia chegado a hora do “desfecho”.¹² Na Central do Brasil, Brizola falou em nome da Frente de Mobilização Popular. Seu discurso foi publicado na edição de 16 de março no lugar reservado ao seu editorial.

Brizola iniciou seu discurso retomando o argumento que defendia em *Panfleto*: a necessidade da união entre povo e governo: “Este é o encontro do povo com o governo”, iniciou sua fala. “O povo está aqui para clamar, para reivindicar, para exigir e para declarar sua inconformidade com a situação que estamos vivendo”.¹³ Mais uma vez Brizola afirmou que essa unidade existiu em 1961, “quando o povo, praticamente de fuzil na mão, repeliu o golpismo”, mas também no plebiscito de 1963, quando mais de dez milhões de eleitores “exigiram o fim da conciliação do parlamentarismo” e a realização imediata das reformas. Para Brizola, “se conseguirmos hoje a restauração daquela unidade, o presidente poderá retornar, através da manifestação do povo, às origens de seu governo. E, para isso, será suficiente que ponha fim à política de conciliação e organize um governo realmente democrático, popular e nacionalista”.

Para Brizola, o país chegara a um impasse, com o povo não mais suportando a crise econômica e a supressão das liberdades democráticas, como ocorria nos estados do Rio Grande do Sul e Guanabara. Mas o impasse político brasileiro tinha outros protagonistas:

Não podemos continuar nessa situação. O povo está a exigir uma saída. Mas o povo olha para um dos poderes da República, que é o Congresso Nacional, e ele diz NÃO

porque é um poder controlado por uma maioria de latifundiários, reacionários, privilegiados e de ibadianos. É um Congresso que não dará mais nada ao povo brasileiro. O atual Congresso não mais se identifica com as aspirações de nosso povo. A verdade é que, como está, a situação não pode continuar. [...] E o Executivo? Os poderes da República, até agora, com suas perplexidades, sua inoperância e seus antagonismos, não decidem.

A alternativa defendida por Brizola para a superação do impasse entre o povo e os poderes da República era, desde fins de 1963, discutida pelas forças políticas que compunham a Frente de Mobilização Popular. Brizola apresentou a proposta no comício:

Por que não conferir a decisão ao povo brasileiro? O povo é a fonte de todo o poder. Portanto, a única saída pacífica é fazer com que a decisão volte ao povo através de uma Constituinte, com a eleição de um congresso popular, de que participem os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e oficiais nacionalistas, homens públicos autênticos, e do qual sejam eliminadas as velhas raposas tradicionais.

Pelo programa defendido pela FMP, uma Assembléia Nacional Constituinte substituiria o Congresso Nacional e, ao mesmo tempo em que redigiria uma nova Constituição, aprovaria as reformas de base. Formada por trabalhadores urbanos e rurais, junto com sargentos e oficiais nacionalistas das Forças Armadas eleitos sem a influência do poder econômico e da imprensa reacionária, a Constituinte expressaria a vontade do povo – e não das classes dominantes. Continuando, Brizola afirmou: “Dirão que isto é ilegal. Dirão que isto é subversivo. Dirão que isto é inconstitucional. Por que, então, não resolvem a dúvida através de um plebiscito? Verão que o povo votará pela derrogação do atual Congresso”.

Por fim, Brizola alertou sobre as violências que começariam após as assinaturas pelo presidente Goulart dos decretos da Supra e da encampação das refinarias particulares:

O problema é de mais liberdade para o povo, pois quanto mais liberdade o povo tiver maior supremacia exercerá sobre as minorias dominantes e reacionárias que se associaram ao processo de espoliação de nosso país. O nosso caminho é pacífico, mas sabemos responder à violência com a violência.

E desafiando o presidente, finalizou: “O nosso presidente que se decida a caminhar conosco e terá o povo ao seu lado. Quem tem o povo ao seu lado nada tem a temer”.

O comício na Central do Brasil foi o primeiro de uma série planejada entre as esquerdas e o presidente. Novos comícios foram programados para abril: dia 3 em Santos; 10 em Santo André; 11 em Salvador; 17 em Ribeirão Preto; 19, homenageando Vargas, em Belo Horizonte; 21 em Brasília. O último, marcado não casualmente para 1º de maio, seria na capital paulista, deflagrador de uma greve geral. A estratégia era a de pressionar o Congresso Nacional, incitando a população contra ele nas ruas e nos comícios. Com

o Parlamento fragilizado pela pressão do povo, as esquerdas acreditavam que encontrariam amplo respaldo popular para alterar a Constituição e aprovar as reformas de base, sobretudo a agrária. Logo após o comício da Central, a Frente de Mobilização Popular transformou-se em Frente Única de Esquerda. O programa mais imediato das organizações e partidos sob a liderança de Brizola era exigir a convocação de um plebiscito sobre a necessidade de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Atenção brasileiros: a semana final

A partir do comício da Central do Brasil, o conflito político entre esquerdas e direitas se redimensionou. Não se tratava mais de medir forças com o objetivo de executar, limitar ou impedir as reformas, mas sim da imposição de projetos. As direitas tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, excluindo, se possível, seus adversários da vida política do país, sem preocupações de respeitar as instituições democráticas. O PTB, por sua vez, cresceu e se confundiu com as esquerdas e com os movimentos sociais que defendiam as reformas. Seus dois maiores líderes, Goulart e Brizola, estavam unidos depois do comício da Central. A coalizão das esquerdas exigia as reformas, mas, como seus adversários, desvalorizava as instituições da democracia-liberal. Com a mobilização popular cada vez mais próxima do Estado, o projeto reformista, segundo Maria Celina D'Araújo, incluía a tomada do poder pelos setores mais radicais do PTB.¹⁴

Nos dois últimos editoriais publicados em *Panfletos*, Brizola abandonou os argumentos de confrontação e redigiu textos defensivos. Em editorial do dia 23 de março, ele afirmou que o comício do dia 13 foi um divisor de águas na política brasileira:

De então para cá desencadeou-se, no país, a mais tremenda campanha política e publicitária, visando claramente a mobilização de todos os recursos, de que dispõe as minorias privilegiadas, para a manutenção destes mesmos privilégios através do esmagamento das forças populares e da destruição do governo que, num dado momento, soube ser sensível ao clamor das multidões.¹⁵

Brizola denunciou as atividades golpistas de membros do Poder Legislativo, de governadores de estados e da imprensa. Em nome da “democracia”, da “ordem social cristã” e da “defesa da Constituição” negavam as liberdades ao povo. Em nome do combate ao comunismo, impediam “todas as aspirações populares”.

Naquele momento, João Goulart e as esquerdas reunidas na FMP enfrentavam críticas vindas de liberais, de conservadores e de líderes e grupos direitistas que alegavam ser a Constituição intocável. Quase a uma só voz, passaram a defender a integridade da Constituição. Tratava-se de uma estratégia política que visava desqualificar as esquerdas, mas que surtia efeito. Sobretudo quando o presidente João Goulart, dias depois do comício

da Central, enviou Mensagem ao Congresso Nacional propondo mudanças na Constituição, entre elas a reforma agrária sem indenizações e o voto dos analfabetos. Além disso, Jango propôs que o Poder Legislativo delegasse seus poderes ao Executivo, um comício para consultar o povo sobre a necessidade das reformas de base e a mudança na lei das elegibilidades. A última medida permitiria que Brizola concorresse nas eleições presidenciais de 1965 e autorizaria a reeleição para cargos no Poder Executivo – beneficiando o próprio Jango. A questão era delicada para as esquerdas: afirmavam estar a Constituição ultrapassada e que era necessário substituí-la, adequando-a as novas necessidades do país. O presidente pedia delegação de poderes ao Legislativo e propunha alterar a legislação, permitindo, por exemplo, sua própria reeleição. Além disso, a coalizão de esquerda negava a representatividade do Congresso Nacional, recorrendo a consultas plebiscitárias e a mobilizações populares com base na ação direta. Nesse contexto de questionamento da democracia-liberal, quem passou a defender a legalidade e a Constituição não foram apenas os liberais, mas também as direitas. Brizola se esforçou para esclarecer o que estava acontecendo:

Pode falar em democracia um homem como Lacerda, cuja vida foi toda dedicada à pregação de regimes de exceção [...]? Poderão falar em liberdade estas minorias dominantes que sempre se bateram contra ela, apoiando todo o projeto de regime de força que já ameaçou este país? Caberá a defesa da Constituição precisamente àqueles que tão diretamente a agrediram, em agosto de 61 [...]? Usam a bandeira da democracia apenas como pretexto – pois o que buscam é anular as liberdades já conquistadas por nosso povo e impedi-lo de aperfeiçoar, ainda mais, a democracia que já alcançamos. Usam a Constituição como um assaltante usa a máscara.

Diante das ameaças golpistas, Brizola convocou o povo para a luta:

É preciso que o povo brasileiro, neste momento, esteja atento e vigilante [...]. Milhares e milhares de grupos de onze devem surgir por todos os recantos do país [...]. Neste momento em que nossas liberdades se encontram sob ameaça, devemos ter a coragem de defendê-las intransigentemente. Quanto mais liberdade, mais justiça social. Quanto mais liberdade, maior supremacia do povo sobre as minorias opressoras.

Após o comício da Central do Brasil, Brizola e as esquerdas que ele liderava na FMP tiveram que enfrentar um problema que não entrara em seus cálculos políticos: sem contar os próprios liberais, lideranças conservadoras e reacionárias, com comprovado passado golpista, passaram a defender a Constituição e a legalidade. A resposta veio rápida: denunciar a hipocrisia das direitas e dar continuidade à proposta de enfrentamento com elas. O comício do dia 13 de março havia desencadeado forças à direita e à esquerda que João Goulart não mais podia controlar.

O último dia: a violência não partiu de nós

O último número de *Panfleto* veio a público em 30 de março de 1964. Em seu editorial, Brizola retomou a linha defensiva. O golpe ainda estava sendo preparado, mas, alegou, “a violência já está nas ruas. A violência já ronda as portas. E é preciso que fique bem claro, como um fato histórico de importância fundamental, que não fomos nós que a implantamos”.¹⁶ Ao povo não interessava a violência, insistiu Brizola, “porque sabe que o futuro lhe pertence”. O que lhe interessava era liberdade para exigir seus direitos e justiça social, recusando, assim, as péssimas moradias, a subnutrição e a mortalidade infantil.

Mas à medida que evolui o processo político e revolucionário e que os ideais de maior justiça social se fortalecem no clamor das massas, as minorias privilegiadas se sentem acossadas. Porque são elas que, desequilibrando em seu favor a distribuição das riquezas por todos produzidas, geram a infelicidade coletiva. [...] E colocadas diante da perspectiva histórica de serem compelidas a ceder, reagem pela concentração de todos os seus recursos na defesa de seus privilégios. Defesa que só pode ser dirigida contra os interesses da maioria explorada e reivindicante.

A violência, alegou Brizola, era o recurso utilizado pelos que pretendem “deter a própria marcha do tempo”. A violência vinha sendo usada pelos governos dos estados da Guanabara, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A polícia comandada por aqueles governadores, denunciou Brizola, “investe contra o povo, dissolve reuniões e impede a livre manifestação do pensamento, o livre confronto de idéias, sem o qual não há democracia”. Para escândalo da Nação, o próprio presidente da República, para falar ao povo no comício de 13 de março, teve que ser protegido por tropas do Exército diante da insegurança instaurada pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Para Brizola, era necessário que o governo federal cumprisse o seu dever de restabelecer as garantias da Constituição, assegurando os direitos individuais e coletivos.

Estou convencido de que, ao lado do natural desespero dos que temem perder privilégios, esta situação se gerou na política da conciliação com que o próprio governo central animou o espírito golpista, duas vezes fragorosamente derrotado pelo povo – na crise de 1961 e no plebiscito.

O governo federal deveria agir imediatamente, usando sua autoridade para garantir ao povo “o direito de conquistar democraticamente seu futuro”. Assim, concluiu Brizola em tom ameaçador: “E que aja logo, em nome da Constituição, antes que seja tarde. E que aja logo, antes que o povo seja obrigado a defender-se por sua própria conta e com os meios ao seu alcance”.

Brizola insistia nas imagens vitoriosas de 1961 e 1963 e culpava Jango pelo fortalecimento das direitas. E mesmo no dia anterior ao golpe civil-militar, ele ameaçava o governo e as direitas com revoltas populares.

Palavras finais

Leonel Brizola publicou sete editoriais em *Panfleto* entre os dias 17 de fevereiro de 30 de março de 1964 – um deles foi a reprodução de seu discurso no comício da Central do Brasil. Como líder da Frente de Mobilização Popular, ele expressava idéias, crenças e estratégias políticas de partidos, movimentos e organizações das esquerdas trabalhistas, marxistas, socialistas e cristãs. Ler seus editoriais é conhecer as esquerdas brasileiras em processo de radicalização política nos dias finais do governo Goulart.

Uma das referências mais importantes para Brizola analisar a realidade social que vivia era a Carta Testamento de Vargas. A partir dos parâmetros oferecidos pelas esquerdas nos anos 60, Brizola transformava o texto em um manifesto revolucionário. Em seu pensamento sobressaía um forte sentimento nacionalista e repúdio intransigente ao domínio político e econômico dos Estados Unidos. Nacionalismo e antiimperialismo são categorias-chave para compreender as esquerdas brasileiras dessa época.

Para Brizola, o presidente João Goulart deveria governar com o apoio exclusivo das esquerdas unidas na Frente de Mobilização Popular, excluindo qualquer outra força política. A resistência de Jango a esse projeto, sobretudo em perder o apoio do PSD, gerava grandes críticas das esquerdas, particularmente aquelas que denunciavam o caráter “conciliador” de seu governo.

Entre as certezas nos editoriais de Brizola e entre as diversas organizações de esquerda, uma se destacava: a de que o povo, em apoio às reformas de base, repetiria as mobilizações ocorridas pela posse de Jango e no plebiscito. Houve dificuldade em perceber que as vitórias das esquerdas na Campanha da Legalidade, em 1961, e pelo retorno ao presidencialismo, em 1963, tiveram como motivos principais a defesa da lei, do regime democrático e da Constituição – e não as reformas. Foram movimentos defensivos em torno da garantia da ordem legal, constitucional e democrática. As esquerdas reunidas na Frente de Mobilização Popular interpretaram as duas grandes mobilizações como expressões da vontade popular pelas reformas. Essa foi a origem de outra certeza: a de que em um novo confronto com as direitas, a FMP sairia vitoriosa. Mesmo no editorial publicado em 30 de março, um dia antes do golpe, a certeza se mantinha.

Ao final, o regime liberal-democrático inaugurado pela Carta de 1946 não resistiu ao crescente processo de radicalização política entre esquerdas que lutavam pelas reformas e direitas determinadas em impedir sua viabilização.

Recebido em Abril/2008; aprovado em Maio/2008.

Notas

* Professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense e pesquisador 1 do CNPq. E-mail: jorge-fer@uol.com.br

¹ Sobre a Campanha da Legalidade veja FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista*. Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005; MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda. *1961: que as armas não falem*. São Paulo, Editora Senac, 2001; LABAKI, Amir. *1961. A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

² Se concorresse às eleições para deputado federal pelo Rio Grande do Sul, Brizola teria que se desincompatibilizar do cargo de governador de estado. Assim, ele optou pela candidatura a deputado pelo estado da Guanabara e, durante alguns meses, acumulou os cargos de governador gaúcho e de deputado federal. O PTB da Guanabara tinha interesse em sua candidatura para fortalecer seus quadros no combate a Carlos Lacerda. O número de votos recebido por Brizola foi muito grande. Somente nas eleições de 1978, Miro Teixeira, na época candidato do MDB chaguista, conseguiu superar Brizola, com 560 mil votos.

³ Sobre a Frente de Mobilização Popular veja FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964* (As Esquerdas no Brasil, volume 2). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, especialmente o capítulo “Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular”.

⁴ *Panfleto*. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1964. Editorial “A Carta de Vargas”, p. 2.

⁵ Id., 24 de fevereiro de 1964. Editorial “Só um caminho se impõe” p. 23.

⁶ Id., 2 de março de 1964. Editorial “A autenticidade das lideranças”, p. 2-3.

⁷ Sobre o governo Goulart, veja FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*, v. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, especialmente capítulo “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. Ver, também, FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. *Jango, as múltiplas faces*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

⁸ *Panfleto*. Rio de Janeiro, 9 de março de 1964. Editorial “Lacerda: subproduto da conciliação”, p. 2 e 3.

⁹ Ver FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993 e GOMES, Angela de Castro. “Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas”. In: *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

¹⁰ FIGUEIREDO, Argelina, *opus cit.*, pp. 143-144.

¹¹ A palavra “desfecho” era usada por Brizola para definir o embate final entre o que chamava de “forças populares” e os setores reacionários brasileiros aliados aos interesses estrangeiros.

¹² *Panfleto*. Rio de Janeiro, 16 de março de 1964. “Povo e governo”, p. 2-3.

¹³ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 1996, p. 146.

¹⁴ *Panfleto*. Rio de Janeiro, 23 de março de 1964. Editorial “Atenção, brasileiros”, p. 2-3.

¹⁵ Id., 30 de março de 1964. Editorial “A violência não partiu de nós”, p. 2-3.